

**Reunião da Comissão de Acompanhamento
do MFEEE 2009-2014
12 de Abril de 2018**

A 12 de abril de 2018, pelas 10.15 horas, realizou-se a Reunião da Comissão de Acompanhamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) nas instalações da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SG PCM), com a Agenda de trabalho anexa à presente ata (Anexo I). Estiveram presentes os membros designados e os convidados constantes da lista de presenças em anexo (Anexo II). Justificou a ausência o Professor Doutor José Amado da Silva, representante da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, tendo enviado os seus comentários por escrito.

A Coordenadora da Unidade Nacional de Gestão (UNG) iniciou os trabalhos com um breve enquadramento do papel da Comissão de Acompanhamento, lembrando que, exigida apenas no MFEEE 2009-2014, a Comissão de Acompanhamento foi mantida para o MFEEE 2014-2021 pela Resolução de Conselho de Ministros nº. 39/2017, de 10 de março, com as alterações que constam da Declaração de Retificação n.º 14/2017 de 24 de abril. Relativamente ao MFEEE 2009-2014 mantém formalmente as atribuições previstas no respetivo Regulamento, em particular, a avaliação e parecer sobre o Relatório Estratégico Final ("*Final Strategic Report*") que é o propósito de base para a presente reunião. Não sendo exigido formalmente parecer sobre os Relatórios Estratégicos do MFEEE 2014-2021, a Coordenadora da UNG referiu que as opiniões da Comissão de Acompanhamento serão tomadas em linha de conta na implementação do mesmo.

Seguidamente a Coordenadora da UNG esclareceu que o documento *Final Strategic Report* que foi apresentado consolida os dados disponíveis no mês de março 2018 da implementação do MFEEE 2009-2014, dado que os balanços finais dos programas tiveram prazos distintos de apresentação consoante a existência ou não da extensão do prazo final de elegibilidade dos projetos, e que o documento na sua versão final é devido apenas até 30 de junho de 2018. Contudo, encontrando-se agendada a Reunião Anual com os representantes dos países Doadores para o próximo dia 19 de abril, uma versão provisional foi elaborada para que possa servir de base para os trabalhos dessa mesma Reunião Anual. Nessa medida, referiu que se considera que o efeito útil da pronúncia desta Comissão de Acompanhamento deve ocorrer sobre a versão ainda provisional deste documento, não só para ser transmitida na referida Reunião Anual com

os Países Doadores, mas também para poder ser considerada na redação da versão final do Relatório Estratégico Final a apresentar até final de junho de 2018.

A Coordenadora da UNG deu seguidamente breve nota de alguns dos aspetos reportados no *Final Strategic Report*, como o reforço das Relações Bilaterais e dando destaque no que respeita à implementação dos Programas em especial o seguinte:

- o nível de procura recolhido nos concursos abertos durante os anos de 2013 a 2015, cerca de 5 vezes acima dos fundos disponíveis;
- O financiamento global de 212 projetos (202 selecionados por concurso e 10 projetos pré-definidos) com um total de 52M€ dos quais 62 contaram com parcerias com entidades dos países Doadores;
- A conclusão de 100% dos projetos contratualizados;
- A percentagem de despesas incorridas com os dados provisionais disponíveis registada em março de 2018 em cerca de 85% indiciando um nível elevado de absorção de fundos.

Seguidamente foi dada a palavra aos representantes dos Operadores dos Programas e ao Gestor do Fundo para as ONG para fazerem uma breve apresentação dos resultados alcançados pelos respetivos Programas. Das apresentações ficou evidente o alcance com sucesso dos objetivos contratualizados, com muitos Operadores dos Programas a ilustrar resultados concretos das muitas iniciativas financiadas, a referir a existência de complementaridade entre projetos financiados e a sublinhar a sustentabilidade verificada nos projetos financiados, bem como das parcerias estabelecidas, quer nacionais, quer com entidades dos países doadores. Todos salientaram também a importância do financiamento pelo MFEEE 2009-2014 que colmatou lacunas de financiamento existentes. Os dois Operadores de Programa que estão designados para operar no novo período de financiamento (DGPM e CIG) salientaram recomendações para o novo ciclo de financiamento das quais avultam a necessidade crucial de um sistema de informação centralizado para a operação do MFEEE e a harmonização de modelos de reporte e de informação.

Findas as apresentações sobre os resultados dos Programas, a Coordenadora da UNG aplaudiu o papel crucial dos Operadores dos Programas para o sucesso alcançado num tempo recorde, lembrando que Portugal foi o último país beneficiário a assinar o Memorando de Entendimento para este período de financiamento.

Antes de ser dada a palavra aos membros da Comissão de Acompanhamento para pronúncia e parecer sobre o Relatório Estratégico Final, foi dada nota sobre o teor dos pareceres emitidos nas anteriores reuniões da Comissão de Acompanhamento sobre os sucessivos Relatórios Estratégicos para referência dos atuais membros da Comissão de Acompanhamento.

Seguidamente foi dada a palavra aos membros da Comissão de Acompanhamento para se pronunciarem, nomeadamente, sobre a implementação do MFEEE 2009-2014 e o reporte de atualização do Relatório Estratégico 2015.

Em síntese, os membros da Comissão de Acompanhamento assinalaram e recomendaram o seguinte sobre:

- A implementação do MFEEE 2009-2014:

Foi enaltecido o papel dos Operadores dos Programas na implementação do MFEEE 2009-2014 cujo início tardio e com exigências técnicas novas deixou cerca de dois a três anos de tempo disponível para sua implementação.

Foi assinalado como instrumento de sucesso com nível elevado de execução e de desempenho acima do esperado e que não obstante alguma complexidade assinalada apresenta um nível reduzido de irregularidades.

No caso do financiamento das ONG foi destacada a experiência relevante das parcerias com entidades dos países doadores e a importância deste financiamento para as organizações da sociedade civil, salientando-se que a intermitência [entre dos dois períodos de financiamento] penaliza muito as entidades da sociedade civil.

Foi salientada a inexistência de um Sistema de Gestão de informação centralizado no MFEEE capaz de garantir a solidez da informação e a redução de erros, bem como o fácil acesso a essa informação por parte das entidades designadas.

Foi assinalada a multiplicidade e complexidade de indicadores que impossibilitam uma leitura mais transversal do alcance dos resultados.

- O Final Strategic Report (provisional):

O capítulo da Coesão deve, na medida possível, refletir uma caracterização do impacto social e económico do MFEEE e o quadro dos indicadores macroeconómicos pode ser na versão final do relatório atualizado com dados a disponibilizar pelo Instituto Nacional de Estatística.

O capítulo das Relações Bilaterais beneficiará com a apresentação dos indicadores bilaterais.

Os quadros de execução financeira devem ser atualizados e revistos tendo em conta a despesa final certificada pelo país beneficiário.

As recomendações do Relatório Estratégico Final ganham com mais referências a aprendizagens resultantes da implementação do MFEEE 2009-2014 para consideração no futuro, designadamente:

- A complexidade dos processos de gestão deve ser um aspeto a melhorar, questão especialmente sensível para as organizações da Sociedade Civil;

- *A característica inerente ao MFEEE de gestão mais flexível do que outras fontes de financiamento deve ser mantida, procurando eficiências de gestão sem prejuízo da manutenção da simplificação administrativa.*

Foi dada a palavra à representante da Real Embaixada da Noruega em Lisboa para responder à questão dos membros da Comissão de Acompanhamento sobre qual a opinião dos países Doadores sobre a implementação do MFEEE 2009-2014 em Portugal, a qual referiu que existe a opinião de alguma continuidade do trabalho dos EEA GRANTS em Portugal que tem beneficiado a sua implementação e que existiu um salto qualitativo no estímulo das Relações Bilaterais no MFEEE 2009-2014 que justifica a grande ênfase existente no reforço destas relações bilaterais no o novo período de financiamento. A Noruega é apenas um dos três países Doadores, pelo que a opinião dos Países Doadores poderá ser com maior propriedade recolhida junto do *Financial Mechanism Office* que os representa a todos, salientando a presença do seu Diretor na Reunião Anual e no Evento de encerramento que se realizam na próxima semana em Lisboa.

Relativamente a outras questões levantadas pelos membros da Comissão de Acompanhamento a Coordenadora da UNG teve a oportunidade de esclarecer que:

- Está em curso um estudo de avaliação dos resultados do MFEEE 2009-2014 contratualizado pela UNG e cujos resultados serão apresentados no evento de encerramento agendado para o próximo dia 20 de abril, para o qual foi estendido convite a todos os membros e demais participantes presentes.

- A questão da predefinição de quase 50% dos fundos disponíveis neste período que agora encerra prendeu-se com a gestão do risco excecional do início tardio do MFEEE 2009-2014 em Portugal e que no novo período de financiamento, a predefinição é mais residual e apenas considerada onde exista um interesse político e bilateral para resultados muito concretos, privilegiando os EEA GRANTS como regra os processos de seleção abertos por via de concurso.

Relativamente ao próximo MFEEE 2014-2021, a Coordenadora da UNG fez um breve ponto de situação dando nota das áreas a financiar, dos Operadores dos Programas designados com referência à alteração em curso do Operador do Programa da Cultura cujos desenvolvimentos serão oportunamente transmitidos. Sublinhou em particular que a estimativa original de o processo de submissão das propostas de desenho dos programas (6 meses após a assinatura do MoU, ou seja, em novembro de 2017), subestimou a complexidade deste processo, não podendo ser assacada aos Operadores dos Programas qualquer responsabilidade nesta matéria, que estão, tal como todos os demais intervenientes totalmente comprometidos no avanço deste processo. Foi dada nota também dos desenvolvimentos no âmbito da implementação do Fundo para as Relações Bilaterais com referência à primeira reunião do *Joint Committee for Bilateral Relations* no passado mês de Fevereiro.

A representante da Real Embaixada da Noruega sublinhou que o atraso verificado decorre da opção de privilegiar a qualidade no início do processo por parte dos países Doadores o que leva que o trabalho nesta fase seja mais exigente.

Seguindo o último ponto da agenda de trabalhos, a Coordenadora colocou à consideração dos membros da Comissão de Acompanhamento a aprovação do procedimento a seguir sobre a adoção do parecer relativo ao Relatório Estratégico Final avaliado, através da circulação de minuta de ata para aprovação pelos membros, o que mereceu concordância unânime.

Mais colocou à consideração dos membros da Comissão de Acompanhamento a designação do representante que na Reunião Anual com os representantes dos Países Doadores poderá transmitir o respetivo parecer, propondo para o efeito o representante da Agência de Desenvolvimento e Coesão, o Eng^o. Rogério Martins, o que mereceu concordância unânime.

Finalmente a Coordenadora da UNG reiterou uma vez mais o voto de louvor ao trabalho desenvolvido por todos os Operadores dos Programas e Gestor do Fundo das ONG que permitiu o sucesso da implementação do MFEEE 2009-2014. Um voto de apreço foi também dirigido à Embaixada da Noruega pela estreita colaboração, bem como à Agência para o Desenvolvimento e Coesão e à Inspeção Geral de Finanças pela colaboração próxima existente. Um voto de agradecimento foi dirigido ao Secretário Geral da PCM, de cuja estrutura que dirige depende a UNG para o seu funcionamento, assinalando o apoio eficiente e pronto que tem prestado e que resulta imprescindível para que esta pequena estrutura de gestão possa desempenhar o seu papel enquanto Ponto Focal Nacional.

Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora da UNG agradeceu a presença de todos e os contributos recebidos reiterando uma vez mais o convite para acompanharem o evento de encerramento do MFEEE 2009-2014, dando por terminada a reunião da Comissão de Acompanhamento, pelas 13.00h.

Reunião Comissão de Acompanhamento
Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
EEA GRANTS

12 de Abril de 2018
(10h – 13h)

Local: Presidência do Conselho de Ministros
Rua Prof Gomes Teixeira, 2 Lisboa

PROGRAMA e AGENDA

09.30h. Receção dos Participantes

10.00h. Início dos Trabalhos

1. Apresentação do *Final Strategic Report*
2. Apresentação sumária pelos Operadores dos Programas e Gestor do Fundo das ONG

11.30h./11.45h. Intervalo

3. Pronúncia dos membros da Comissão de Acompanhamento
4. Parecer da Comissão de Acompanhamento sobre *Final Strategic Report*

12.30h. Ponto de situação MFEEE 2014-2021

12.45 Encerramento dos trabalhos

Lista de Participantes

EEA GRANTS 2014-2021

Reunião Comissão de Acompanhamento EEA Grants Portugal | 12 de Abril

Entidade	Participantes
Unidade Nacional Gestão – MFEEE	Susana Ramos
Unidade Nacional Gestão – MFEEE	Maria João Lois
Unidade Nacional Gestão – MFEEE	Filipa Rodrigues
Unidade Nacional Gestão – MFEEE	Pedro Monteiro
Unidade Nacional Gestão – MFEEE	Ricardo Perdigão
Embaixada da Noruega em Lisboa	Susana Graça
Agência para Desenvolvimento e Coesão, IP	Rogério Martins
Inspeção Geral das Finanças	Ricardo Reis
Inspeção Geral das Finanças	Victor Trigo
Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	David Xavier
Ministério do Mar	Vasco Mendes
Ministério do Ambiente	Susana Escária
Ministério da Cultura	Tiago Bartolomeu
Ministério da Presidência e Modernização Administrativa	Edite Mendonça
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo dos Açores	Andreia Melo Carreiro
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Sandra Tavares

Ministério da Saúde	Leonor Abecasis
Conselho Económico e Social	Paulo Couto Ferreira
Plataforma Portuguesa das ONGD	Rita Leote
Instituto Nacional de Estatística, I.P.	Conceição Cruz
Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas	João Borges de Assunção
Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos	Isidro Féria
PTO2 – Direção Geral de Política do Mar (DGPM)	Sandra Silva
PTO2 - Direção Geral de Política do Mar (DGPM)	Conceição Santos
PTO3 – Eletricidade dos Açores (EDA)	Matilde Cunha
PTO4 – Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Eduardo Santos
PTO5 - Fundação Calouste Gulbenkian (FCG)	João Carreira
PTO6 – Administração central do Sistema de Saúde (ACSS)	Susana Eusébio
PTO7 – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)	Joana Marteleira
PTO8 – Direção regional de Cultura do Centro (DRCC)	Francisco Martins
PTO9 – Direção Geral das Artes (DGARTES)	Fernando Chambel